



Governo Municipal
ANTAS
Nossa terra, nosso orgulho

Credenciamento

Nº 002/2025

CONTRATANTE (Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer)

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-MUSICAIS, ABRANGENDO ARTISTAS SOLOS, DUPLAS, GRUPOS E BANDAS, DESTINADOS A COMPOR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E MUSICAL DOS EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ANTAS(BA).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

28/11/2026

Sumário

1. DO OBJETO	Erro! Indicador não definido.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	Erro! Indicador não definido.
3. DA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO	4
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	5
5. DA HABILITAÇÃO	6
6. DOS RECURSOS	7
7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	8
8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	10
10. DA CONTRATAÇÃO	11
11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	12
12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	13
13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	14
14. DISPOSIÇÕES GERAIS	15

Edital Credenciamento Nº 002/2025
Processo Administrativo Nº 323/2025

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Município de Antas/BA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**, inscrita no CNPJ nº **11.454.934/0001-10**, situada a **RUA JOÃO NILO, S/Nº, TÉRREO, CENTRO, ANTAS/BA**, CEP: **48.420-000**, realizará CREDENCIAMENTO, na forma PRESENCIAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 033/2025, de 19 de agosto de 2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Aviso de Abertura deste Instrumento Convocatório será publicado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

O presente Edital poderá ser acessado e extraído na íntegra no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - <https://pncp.gov.br/app/editais> e as dúvidas dirimidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Antas - BA, no horário das 08h00min às 12h00min, e das 14h00min às 16h30min de segunda-feira a quinta-feira e das 08h00min às 12h00min sexta-feira, ou pelo e-mail: copel.antas@antas.ba.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-MUSICAIS, ABRANGENDO ARTISTAS SOLOS, DUPLAS, GRUPOS E BANDAS, DESTINADOS A COMPOR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E MUSICAL DOS EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ANTAS(BA)**, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo do Decreto nº 033/2025, de 19 de agosto de 2025.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

1.4. Os interessados poderão solicitar o Credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e durante a vigência do presente Edital.

1.5. O objetivo do presente credenciamento é habilitar artistas/bandas para que sejam contratadas para compor a grade dos diversos eventos que serão realizados pela Prefeitura de Antas/BA.

1.6. Serão convocados para a participação, os gêneros musicais pertinentes ao evento a ser realizado.

1.7. No ato da inscrição do artista/banda deverá discriminar o gênero musical no qual se adequa.

1.8. As inscrições por gênero musical servirão apenas para organização administrativa e definir melhor os convocados para o evento, haja vista que serão convocados para participarem somente os gêneros pertinentes ao evento a ser realizado. Ressaltando-se que, todos os credenciados serão convocados durante o prazo de vigência do Edital.

1.9. **Da descrição dos gêneros artísticos**

GÊNERO	DESCRIÇÕES
01. Axé	Clássico estilo originário da Bahia que mistura elementos de percussão dançante com guitarras e, algumas vezes, com elementos eletrônicos.
02. Brega	Trata-se de um tipo de música romântica, com arranjo musical sem grandes elaborações e grande flexibilidade rítmica, não tendo uma forma padrão de instrumentos.
03. Forró	É um estilo típico e popularmente nordestino que é caracterizado em suas raízes por possuir a base instrumental de Sanfona, Triângulo e Zabumba, sendo associado aos estilos Xote, Xaxado e Baião, também compreendidos nesta categoria. Também há de se incluir nesta categoria a banda que se adequa como Forró Estilizado e subgêneros como Piseiro e Pisadinha que igualmente estarão sendo contemplados dentro desta categoria.
04. Gospel/Música Religiosa	É a música caracteristicamente cristã, rica em referências bíblicas e louvores. Nesta categoria também deverão se escrever os artistas ou bandas que se adequem em outro gênero, mas com letras voltadas ao culto religioso.
05. Manifestações Culturais	Manifestações Culturais ligadas à música, à dança e à religião são símbolos de resistência, da identidade e da história de diversos territórios e povos e se enquadram nesta categoria. No Brasil, essas manifestações tiveram origem e influência africana, indígena e, também europeia. São exemplos e se encaixam nesta categoria: a banda de pífanos, samba de roda, reisado, quadrilha junina e capoeira.
06. MPB	Atualmente a MPB engloba diversos estilos que seguem características das regiões do Brasil e, ao mesmo tempo, do país como um todo. É difícil elencar as principais características da MPB. Contudo, na época de seu surgimento, era muito mais comum ser executada de forma acústica, com voz e violão ou voz e piano. Nessa época, o instrumento mais utilizado nos arranjos era o violão com cordas de nylon.
07. Música Infantil	Neste gênero caracteriza-se conteúdo musical de caráter lúdico, educativo e recreativo voltado para o público infanto-juvenil.
08. Pagode	Pagode é um gênero musical brasileiro originado no Rio de Janeiro a partir da cena musical do samba. O pagode apresenta diferenciações nítidas do samba. Tem andamento mais ligeiro, agressivo, além de introduzir o <i>repique de mão</i> criado pelo músico Ubirany, do grupo Fundo de Quintal, o tantã (criado pelo músico e compositor Sereno, do grupo <i>Fundo de Quintal</i>) e o banjo com braço de cavaquinho (criado por Almir Guineto). É um ritmo de mais festeiro do que o samba

	tradicional.
09. Pop	Considera-se música Pop dentro do cenário musical todas aquelas que rompem entre os diversos estilos e transitam entre eles construindo uma identidade musical própria. O Pop é um caldeirão de Gêneros musicais e de características regionais postas em música que apenas tem como padrão agradar às massas. É importante que seja diferenciada a Música Pop da MPB, uma vez que a MPB tem um estilo muito característico influenciado pela Bossa Nova e o Pop não tem esta forma tão definida.
10. Reggae	O reggae se caracteriza por cortes rítmicos regulares sobre a música e pela bateria, que é tocada no terceiro tempo de cada compasso, em outras palavras, se trata de um ritmo lento e dançante. O reggae surgiu na Jamaica, na década de 60, tendo Bob Marley, cantor e compositor, seu principal ícone.
11. Rock	Geralmente, as bandas de rock são formadas por um vocalista, um baixista, um baterista e um ou dois guitarristas. Alguns grupos podem usar teclado ou percussão, dependendo do estilo, mas a guitarra elétrica é, desde os primórdios, a marca registrada. Por ser um gênero com grande riqueza de estilos e que mudou muito através dos anos é difícil colocar o rock em uma forma específica.
12. Samba	Gênero musical brasileiro que se originou entre as comunidades afro-brasileiras urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX, como uma dança de roda marcada pelo batuque. Considerado um dos gêneros mais populares do Brasil, composto por um grupo de músicos que tocam diversos instrumentos, como: a viola, o pandeiro, o chocalho, o atabaque, o ganzá, a viola, o reco-reco, o agogô e o berimbau, e tendo pessoas assistindo à apresentação, acompanhando a música batendo palmas.
13. Sertanejo	O sertanejo é uma variação ou uma “urbanização”, se é que podemos assim dizer, da música caipira, onde são utilizados instrumentos artesanais e típicos do Brasil-colônia, como a viola, o acordeão e a gaita, algo voltado para o público extremamente rural do Brasil. Atualmente este gênero conta também com o subgênero Sertanejo Universitário que também se adequará a esta categoria
14. Piseiro	O Piseiro, variação da Pisadinha , é um estilo musical surgido no estado da Bahia , derivado do forró . Segundo a Folha de São Paulo , o Piseiro pode ser descrito como "descendente do forró com objetivos estéticos alinhados ao funk atual". O Piseiro tem traços da Pisadinha, apresentando uma coreografia marcada por passos arrastados e mãos posicionadas junto ao corpo. Esta derivação do forró tradicional tem batida mais rápidas, propondo uma dança solo. O nome "Piseiro" deriva da designação do sítio onde se dança a Pisadinha. Uns dos nomes considerados responsáveis pelo sucesso do Piseiro são Barões da Pisadinha e Vitor Fernandes .

1.20. Das descrições das categorias

1.20.1. As especificações, bem como todas as informações complementares referentes as categorias artísticas a fim de garantir a perfeita e regular execução do objeto deste Edital estão descritas neste item.

1.20.2. Os artistas serão credenciados de acordo com o seu tipo de categoria, cumprindo os requisitos, sendo elas:

1.20.2.1 ARTISTA SOLO: músico que canta ou toca instrumentos sozinho, ao contrário de pertencer a uma banda musical.

1.20.2.2 DUPLA: é uma composição artístico-musical, executada por dois músicos ou cantores.

1.20.2.3 GRUPO: Um grupo musical é uma parceria artística formada por pessoas que tocam música permanentemente juntas. Indica tanto o conjunto de papéis dos músicos quanto seu agrupamento concreto, sejam eles profissionais ou amadores. Nesta categoria enquadram-se composições com até 5 componentes.

1.20.2.4 BANDAS: Uma banda musical é uma parceria artística formada por pessoas que tocam música permanentemente juntas. Indica tanto o conjunto de papéis dos músicos quanto seu agrupamento concreto, sejam eles profissionais ou amadores. Nesta categoria enquadram-se composições acima de 5 componentes.

1.21. Das descrições do tipo de evento

1.21.1 As especificações, bem como todas as informações complementares referentes aos tipos de eventos a fim de garantir a perfeita e regular execução do objeto deste Edital estão descritas neste item.

1.21.2 Os artistas serão credenciados para eventos de 02 (duas) classificações distintas, podendo se inscrever em todas, desde que cumpridos os requisitos, sendo elas:

1.21.2.1 EVENTO DE PEQUENO PORTE: Eventos com público estimado até 1.000 pessoas.

1.21.2.2 EVENTO DE GRANDE PORTE: Eventos com público estimado de mais de 1.001 pessoas.

1.21.2.3 As apresentações serão realizadas com duração mínima de 40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas, a depender do evento, para públicos diversos, podendo ser alterados conforme decisão da Administração.

1.22. Dos valores

1.22.1 O recurso financeiro estimado pela Administração Municipal será de acordo com as categorias, conforme disposto na tabela a seguir:

TIPO DE EVENTO	CATEGORIA	TEMPO DE APRESENTAÇÃO	CACHÊ	QTDE	VALOR TOTAL
EVENTO DE PEQUENO PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.000,00	22	R\$ 22.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.500,00	22	R\$ 33.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00

	conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.				
EVENTO DE PEQUENO PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, Etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.500,00	22	R\$ 55.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 5.000,00	22	R\$ 110.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 440.000,00		

1.22.2 Os valores de cachê serão pagos de acordo com o tipo do evento e o tempo de apresentação será definido pela administração a partir da grade do evento a ser realizado. Registra-se que o tempo de apresentação estará previsto no contrato a ser celebrado entre a administração e o artista.

1.22.3 As apresentações serão pagas com base nos valores de referência definidos neste Edital.

1.22.4 Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, dentro do limite territorial do Município de Antas/BA.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

- 2.1. Somente poderão se credenciar os interessados que comprovarem residência neste município ou que possuam filial no mesmo.
- 2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- 2.3. Poderão participar do credenciamento pessoas físicas e jurídicas legalmente constituídas, técnicos, artísticos solos, grupos, e outros afins do ramo musical e artístico, onde deverão apresentar cópia da documentação com original para conferência e formulários devidamente preenchidos.
- 2.4. O interessado deverá ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado.
- Parágrafo Único: Caso o artista, integrante de qualquer segmento artísticos citados neste edital seja menor de 18 anos sem capacidade civil plena, além do representante constituído pelo artista, a inscrição deve vir acompanhada de autorização do pai ou responsável legal do menor, com firma reconhecida.
- 2.5. Poderão participar do Credenciamento de profissionais do ramo musical e artísticos mediante condições fixadas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 2.6. Será estabelecido pelo Município, o tempo de apresentação, conforme Tabela de Cachê co conforme termo de referência.
- 2.7. É assegurado, também, acesso permanente ao Credenciamento a qualquer interessado desde que preencha as exigências estabelecidas, cuja inscrição continuará disponível por tempo determinado neste instrumento.
- 2.8. O formulário apresentado de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inapto, podendo o interessado apresentar novo formulário.
- 2.9. Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento, nas categorias elencadas neste edital.
- 2.10. Não poderão participar do credenciamento:
- 2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.10.2. pessoa física que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.10.3. pessoa física que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.11. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderão participar pessoa física que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. Nada obsta que sejam credenciados mais de um Artista ou Grupo para prestação de um mesmo serviço, durante a vigência desse procedimento.

2.14. As informações prestadas na solicitação de credenciamento serão de inteira responsabilidade do solicitante, dispondo o Município o direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele que não preencher de forma completa e correta todos os requisitos estabelecidos.

3. DAS INSCRIÇÕES E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados deverão acessar o edital no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>. e <https://pncp.gov.br/app/editais>.

3.2. As inscrições ocorrerão na sede do setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, situado à rua João Nilo, S/N, Centro, Antas/BA, no horário de 8:30 horas às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto pontos facultativos municipais e feriados, preenchendo o formulário de inscrição (ANEXO II), devendo obedecer aos requisitos previstos neste edital.

3.3. O credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública nos termos da lei.

3.4. A qualquer tempo, novos interessados poderão se apresentar e entregar a documentação para credenciar-se, podendo ser revogado de acordo com a conveniência da Administração, desde que devidamente justificado, quando o interesse público, assim o exigir, sem direito a indenização a terceiros, nos termos do art. 57, caput da Lei Nº 14.133/2021.

3.5. No ato da entrega da documentação, o interessado receberá protocolo atestando o recebimento do envelope devidamente lacrado. O referido atestado não certifica que a documentação está completa e condizente com os preceitos estabelecidos neste Edital.

3.6. Os documentos deverão ser apresentados em envelope, com identificação;

3.7. A documentação exigida neste Edital deverá ser apresentada em cópia simples.

3.8. As informações prestadas pelos interessados são de sua inteira responsabilidade.

3.9. O proponente que não preencher integralmente o formulário de inscrição e não apresentar a documentação exigida para o processo será considerado inabilitado.

3.10. O simples preenchimento do formulário não credencia o proponente. Caberá à Comissão de Avaliação apreciar a documentação recebida conforme estabelecido no edital.

3.11. As inscrições realizadas em desacordo com as exigências do edital, não serão validadas.

3.12. A primeira análise dos documentos acontecerá no dia 01/12/2025, e as demais sempre que houver novos credenciados.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Credenciamento:

4.1.1. Pessoas Jurídicas ou pessoa Física cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento e que estejam de acordo com a legislação vigente;

4.1.2. Cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.2.2. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3. Não poderão participar deste Credenciamento:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Pessoa jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública credenciante em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.5. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.4. O impedimento de que trata o item 3.3.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

4.5. A vedação de que trata o item 3.3.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Os interessados no credenciamento de que trata este edital deverão apresentar ao Setor de Licitações e Contratos, 02 (dois) envelopes lacrados, devidamente identificados com o nome do proponente, contendo os dizeres: HABILITAÇÃO JURÍDICA-FISCAL e HABILITAÇÃO TÉCNICA.

5.2. A solicitação de credenciamento deverá ser apresentada sem rasuras com data e assinatura da pessoa física, com a documentação solicitada neste Edital, que será conferida com os originais.

5.3. Os documentos de habilitação jurídica-fiscal e habilitação técnica são exigências mínimas a serem comprovadas.

5.4. Os documentos de habilitação técnica não são cumulativos e não serão avaliados como critérios de competição, servindo apenas e tão somente para demonstração das exigências mínimas para habilitação.

5.5. Para as pessoas físicas compreendem-se por HABILITAÇÃO FISCAL (ENVELOPE A), os seguintes documentos:

- a) Comprovante de situação cadastral junto à Receita Federal (CPF);
- b) Certidão negativa de débitos municipais;
- c) Certidão negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão negativa de Tributos Federais;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

5.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA (ENVELOPE B)

5.6.1.1. Documentação necessária para habilitação jurídica entregue cópias perfeitamente legíveis, em 01 (uma) via, conforme detalhado abaixo:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, sem rasuras com data e assinatura do representante legal (ANEXO II);
- b) Cópia de comprovante da Conta Em nome do Proponente;
- c) Cópia de documento oficial com foto;
- d) Cópia do CPF;
- f) Comprovante de endereço atualizado (que não tenha data de emissão a mais de 90 dias).

Nota: O comprovante de endereço a ser apresentado deve estar em nome do inscrito. Não havendo, deverá ser apresentado de forma complementar DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, conforme modelo do ANEXO III.

- g) Comprovação de no mínimo 01(um) ano de atividades culturais.

- h) Autorização do uso de imagem (ANEXO IV).
- i) Declaração de inexistência de trabalho infantil (ANEXO VII).

5.7. ANÁLISE TÉCNICA (ENVELOPE B)

5.7.1.1. O arquivo/documento para qualificação deverá conter as seguintes informações, não sendo cumulativas:

- a) apresentação do proponente;
- b) carta de anuência em caso de Dupla, Grupo ou Banda (ANEXO V);
- c) portfólio do proponente ou seu representado comprovando através de imagens, matérias de jornais, recortes de revistas ou registro fotográfico de seus projetos, programa e ações culturais;
- d) fotografias coloridas e em boa resolução;

5.8. Todas as certidões apresentadas devem estar válidas na data de realização da inscrição da proposta;

5.9. A ausência de qualquer documentação ou material solicitado neste edital, resultará na IMEDIATA INABILITAÇÃO do inscrito;

5.10. Será vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via correio eletrônico ou via postagem por empresas de carga e logística;

5.11. A HABILITADA deverá manter, durante a vigência do Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no regulamento.

5.12. Para as pessoas jurídicas compreendem-se por HABILITAÇÃO FISCAL (ENVELOPE A), os seguintes documentos:

- a) Comprovante de situação cadastral junto à Receita Federal (CNPJ – nesse caso, com a atividade Cultural);
- b) Certidão negativa de débitos municipais;
- c) Certidão negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão negativa de Tributos Federais;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- g) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuído da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

5.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA (ENVELOPE A)

5.13.1.1. Documentação necessária para habilitação jurídica entregue cópias perfeitamente legíveis, em 01 (uma) via, conforme detalhado abaixo:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, sem rasuras com data e assinatura do representante legal (ANEXO II);

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores/dirigentes (ATA); ou documento de formalização como MEI (Micro Empreendedor Individual), desde que a atividade se enquadre no que determina este edital;
- c) Cópia de comprovante da Conta Corrente em nome do Proponente (Pessoa Jurídica);
- d) Cópia de documento oficial com foto do representante legal;
- e) Cópia do CPF do representante legal;
- f) Comprovação de mínimo de 01(um) ano de atividades culturais.
- g) Autorização do uso de imagem (ANEXO III).
- h) Declaração de inexistência de trabalho infantil (ANEXO VI).

5.14. ANÁLISE TÉCNICA (ENVELOPE B)

5.14.1.1. O arquivo/documento para qualificação deverá conter as seguintes informações, não sendo cumulativas:

- a) apresentação do proponente e/ou atração representada;
- b) sinopse/release;
- c) carta de anuência em caso de Dupla, Grupo ou Banda (ANEXO V);
- d) portfólio do proponente ou seu representado comprovando através de imagens, matérias de jornais, recortes de revistas ou registro fotográfico de seus projetos, programa e ações culturais;
- e) fotografias coloridas e em boa resolução;
- f) Carta de Exclusividade Artística, com assinatura do representante legal - exceto quando o inscrito está representando a si próprio como artista individual.
- g) informações adicionais que possam acrescentar dados sobre a proposta.

5.15. Todas as certidões apresentadas devem estar válidas na data de realização da inscrição da proposta;

5.16. A ausência de qualquer documentação ou material solicitado neste edital, resultará na IMEDIATA INABILITAÇÃO do inscrito;

5.17. Será vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via correio eletrônico ou via postagem por empresas de carga e logística;

5.18. A HABILITADA deverá manter, durante a vigência do Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no regulamento.

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento.

6.1.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

6.2. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

6.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

6.2.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

6.3. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail) ou presencialmente no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Antas/BA.

6.4. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.6. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

6.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

7.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

7.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

7.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

7.1.5. fraudar o credenciamento;

7.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

7.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

7.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

7.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

7.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 7.2.1. advertência;
- 7.2.2. multa;
- 7.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 7.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **05 (CINCO) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato.
- 7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato.

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

7.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

8.1.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: copel.antas@antas.ba.gov.br.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

8.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.4. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

9.1. O resultado do Pedido de Credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município de Antas, no endereço eletrônico <https://diario.antas.ba.gov.br>.

9.1.1. Sendo habilitado, o interessado receberá, via e-mail, o Termo de Credenciamento.

9.1.2. Será disposta lista na ordem sequencial de credenciamento dos interessados considerados aptos para a prestação de serviço.

9.2. A lista de credenciados deverá ser atualizada em até 24h (vinte e quatro horas) com os novos credenciamentos e os descredenciamentos.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

10.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (CINCO) dias.

10.4. O prazo de que trata o item 10.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

10.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

10.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

10.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

11.1. A ordem de contratação dos profissionais credenciados obedecerá ao critério de livre escolha do usuário, cabendo à Administração Municipal efetuar o pagamento conforme o

atendimento efetivamente realizado, observadas as condições e valores previstos neste Termo de Referência.

12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

12.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

12.4. Será realizado o credenciamento quando houver:

12.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 05 dias

12.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

12.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

12.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

12.5. O pedido de credenciamento de que trata o item 12.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

12.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 12.4.2 e 12.4.3, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

12.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

12.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

13.1. O presente edital terá prazo de vigência de DOZE MESES, a contar da de sua publicação.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico copel.antas@antas.ba.gov.br.

14.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.5.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.5.2. ANEXO II – Pedido de Credenciamento
- 14.5.3. ANEXO III – Termo de Autorização de imagem
- 14.5.4. ANEXO IV – Declaração de Residência
- 14.5.5. ANEXO V - Modelo de Carta de Anuência
- 14.5.6. ANEXO VI - Termo de Credenciamento
- 14.5.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

Antas, (BA), 28 de novembro de 2025.

Emerson Vítor Andrade Santos
Presidente da Comissão de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

1.1. A realização de eventos culturais e artísticos promovidos pelo Poder Público Municipal de Antas/BA exige a participação de artistas locais de diferentes formações — artistas solos, duplas, grupos e bandas — com o objetivo de fortalecer a identidade cultural do município, valorizar os talentos regionais, promover a economia criativa e ampliar a difusão das produções artísticas. Nesse sentido, torna-se necessária a abertura de procedimento de credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços artístico-musicais, de forma a compor a programação oficial do calendário de eventos do município.

1.2. A contratação de artistas representa não apenas um investimento na cultura municipal, mas também um estímulo direto à geração de renda, à circulação da produção artística e ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Ao oportunizar a participação de tais artistas em apresentações de maior porte, como nas aberturas de shows de destaque — a exemplo da Festa da padroeira de Nossa Senhora da Conceição — o Município contribui para a projeção de seus talentos, permitindo que apresentem seu trabalho para um público ampliado, reforçando sua trajetória profissional e promovendo visibilidade e reconhecimento cultural.

1.3. A valorização dos artistas também se expressa na determinação de que eventos musicais financiados ou apoiados pelo Poder Público contem com, no mínimo, 40% de apresentações realizadas por artistas do próprio município, garantindo representatividade e fortalecendo vínculos comunitários. Uma cidade que investe em sua cultura e respeita seus artistas consolida sua identidade, estimula a criatividade e fomenta o pertencimento social.

1.4. Para viabilizar tais ações de forma transparente, eficiente e isonômica, o procedimento adequado é o Credenciamento, previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, cuja contratação se dará por inexigibilidade, conforme o art. 74, reforçado pelo §4º, que ampara o uso dessa forma de seleção quando os objetos possam ou devam ser contratados por meio de credenciamento. Trata-se do mecanismo que melhor atende à natureza dos serviços artísticos, dada sua subjetividade e impossibilidade de comparação objetiva entre performances culturais.

1.5. O credenciamento permite que todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos participem em igualdade de condições, garantindo o princípio da impessoalidade e possibilitando contratações conforme demanda e necessidade administrativa, sem limitação de estilos musicais, gêneros artísticos ou períodos específicos.

1.6. Diante do exposto, resta plenamente justificada a necessidade de realização do credenciamento para prestação de serviços artístico-musicais, assegurando ao Município de Antas/BA uma política cultural inclusiva, transparente, valorizadora dos talentos locais e alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

2. DO OBJETO

2.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-MUSICAIS, ABRANGENDO ARTISTAS SOLOS, DUPLAS, GRUPOS E BANDAS, DESTINADOS A COMPOR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E MUSICAL DOS EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ANTAS(BA), nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste instrumento:

TIPO DE EVENTO	CATEGORIA	TEMPO DE APRESENTAÇÃO	CACHÊ	QTDE	VALOR TOTAL
EVENTO DE PEQUENO PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.000,00	22	R\$ 22.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.500,00	22	R\$ 33.000,00

	sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.				
EVENTO DE PEQUENO PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, Etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.500,00	22	R\$ 55.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 5.000,00	22	R\$ 110.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 440.000,00		

2.2 Das descrições dos gêneros artísticos:

2.3 As especificações, bem como todas as informações complementares referentes aos gêneros artísticos a fim de garantir a perfeita e regular execução do objeto deste CREDENCIAMENTO; as bandas poderão se inscrever somente em um dos gêneros listados abaixo:

GÊNERO	DESCRIÇÕES
--------	------------

01. Axé	Clássico estilo originário da Bahia que mistura elementos de percussão dançante com guitarras e, algumas vezes, com elementos eletrônicos.
02. Brega	Trata-se de um tipo de música romântica, com arranjo musical sem grandes elaborações e grande flexibilidade rítmica, não tendo uma forma padrão de instrumentos.
03. Forró	É um estilo típico e popularmente nordestino que é caracterizado em suas raízes por possuir a base instrumental de Sanfona, Triângulo e Zabumba, sendo associado aos estilos Xote, Xaxado e Baião, também compreendidos nesta categoria. Também há de se incluir nesta categoria a banda que se adequa como Forró Estilizado e subgêneros como Piseiro e Pisadinha que igualmente estarão sendo contemplados dentro desta categoria.
04. Gospel/Música Religiosa	É a música caracteristicamente cristã, rica em referências bíblicas e louvores. Nesta categoria também deverão se escrever os artistas ou bandas que se adequem em outro gênero, mas com letras voltadas ao culto religioso.
05. Manifestações Culturais	Manifestações Culturais ligadas à música, à dança e à religião são símbolos de resistência, da identidade e da história de diversos territórios e povos e se enquadram nesta categoria. No Brasil, essas manifestações tiveram origem e influência africana, indígena e, também europeia. São exemplos e se encaixam nesta categoria: a banda de pífanos, samba de roda, reisado, quadrilha junina e capoeira.
06. MPB	Atualmente a MPB engloba diversos estilos que seguem características das regiões do Brasil e, ao mesmo tempo, do país como um todo. É difícil elencar as principais características da MPB. Contudo, na época de seu surgimento, era muito mais comum ser executada de forma acústica, com voz e violão ou voz e piano. Nessa época, o instrumento mais utilizado nos arranjos era o violão com cordas de nylon.
07. Música Infantil	Neste gênero caracteriza-se conteúdo musical de caráter lúdico, educativo e recreativo voltado para o público infanto-juvenil.
08. Pagode	Pagode é um gênero musical brasileiro originado no Rio de Janeiro a partir da cena musical do samba. O pagode apresenta diferenciações nítidas do samba. Tem andamento mais ligeiro, agressivo, além de introduzir o <i>repique de mão</i> criado pelo músico Ubirany, do grupo Fundo de Quintal, o tantã (criado pelo músico e compositor Sereno, do grupo <i>Fundo de Quintal</i>) e o banjo com braço de cavaquinho (criado por Almir Guineto). É um ritmo de mais festeiro do que o samba tradicional.
09. Pop	Considera-se música Pop dentro do cenário musical todas aquelas que rompem entre os diversos estilos e transitam entre eles construindo uma identidade musical própria. O Pop é um caldeirão de Gêneros musicais e de características regionais postas em música que apenas tem como padrão agradar às massas. É importante que seja diferenciada a Música Pop da MPB, uma vez que a MPB tem um estilo muito característico influenciado pela Bossa Nova e o Pop não tem esta forma tão definida.
10. Reggae	O reggae se caracteriza por cortes rítmicos regulares sobre a música e pela bateria, que é tocada no terceiro tempo de cada compasso, em outras palavras, se trata de um ritmo lento e dançante. O reggae surgiu na Jamaica, na década de 60, tendo Bob Marley, cantor e compositor, seu principal ícone.

11. Rock	Geralmente, as bandas de rock são formadas por um vocalista, um baixista, um baterista e um ou dois guitarristas. Alguns grupos podem usar teclado ou percussão, dependendo do estilo, mas a guitarra elétrica é, desde os primórdios, a marca registrada. Por ser um gênero com grande riqueza de estilos e que mudou muito através dos anos é difícil colocar o rock em uma forma específica.
12. Samba	Gênero musical brasileiro que se originou entre as comunidades afro-brasileiras urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX, como uma dança de roda marcada pelo batuque. Considerado um dos gêneros mais populares do Brasil, composto por um grupo de músicos que tocam diversos instrumentos, como: a viola, o pandeiro, o chocalho, o atabaque, o ganzá, a viola, o reco-reco, o agogô e o berimbau, e tendo pessoas assistindo à apresentação, acompanhando a música batendo palmas.
13. Sertanejo	O sertanejo é uma variação ou uma "urbanização", se é que podemos assim dizer, da música caipira, onde são utilizados instrumentos artesanais e típicos do Brasil-colônia, como a viola, o acordeão e a gaita, algo voltado para o público extremamente rural do Brasil. Atualmente este gênero conta também com o subgênero Sertanejo Universitário que também se adequará a esta categoria
14. Piseiro	O Piseiro, variação da Pisadinha , é um estilo musical surgido no estado da Bahia , derivado do forró . Segundo a Folha de São Paulo , o Piseiro pode ser descrito como "descendente do forró com objetivos estéticos alinhados ao funk atual". O Piseiro tem traços da Pisadinha, apresentando uma coreografia marcada por passos arrastados e mãos posicionadas junto ao corpo. Esta derivação do forró tradicional tem batida mais rápidas, propondo uma dança solo. O nome "Piseiro" deriva da designação do sítio onde se dança a Pisadinha. Uns dos nomes considerados responsáveis pelo sucesso do Piseiro são Barões da Pisadinha e Vitor Fernandes .

2.4 Das Descrições das Categorias

2.5 As especificações, bem como todas as informações complementares referentes as categorias artísticas a fim de garantir a perfeita e regular execução do objeto deste credenciamento estão descritas neste item.

Os artistas serão credenciados de acordo com o seu tipo de categoria, cumprindo os requisitos, sendo elas:

ARTISTA SOLO: músico que canta ou toca instrumentos sozinho, ao contrário de pertencer a uma banda musical.

DUPLA: é uma composição artístico-musical, executada por dois músicos ou cantores.

GRUPO: Um grupo musical é uma parceria artística formada por pessoas que tocam música permanentemente juntas. Indica tanto o conjunto de papéis dos músicos quanto seu agrupamento concreto, sejam eles profissionais ou amadores. Nesta categoria enquadram-se composições com até 5 componentes.

BANDAS: Uma banda musical é uma parceria artística formada por pessoas que tocam música permanentemente juntas. Indica tanto o conjunto de papéis dos músicos quanto seu agrupamento concreto, sejam eles profissionais ou amadores. Nesta categoria enquadram-se composições acima de 5 componentes.

2.6 Das Descrições dos Tipos de Evento

2.7 As especificações, bem como todas as informações complementares referentes aos tipos de eventos a fim de garantir a perfeita e regular execução do objeto deste credenciamento estão descritas neste item. Os artistas serão credenciados para eventos de 02 (duas) classificações distintas, podendo se inscrever em todas, desde que cumpridos os requisitos, sendo elas:

EVENTO DE PEQUENO PORTE: Eventos com público estimado até 1.000 pessoas.

EVENTO DE GRANDE PORTE: Eventos com público estimado com mais de 1.001 pessoas.

2.8 As apresentações serão realizadas com duração mínima de 40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas, a depender do evento, para públicos diversos, podendo ser alterados conforme decisão da Administração.

2.9 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10 O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

2.11 A contratação, via CREDENCIAMENTO, art. 79, inciso I.

2.12 A presente contratação não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão da sua ainda construção.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DO PRESTADOR DE SERVIÇO (CREDENCIADO)

3.2. Comparecer ao local do evento na data e horário previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

3.3. Realizar a apresentação musical pelo tempo mínimo estipulado (entre 40 minutos e 2 horas), salvo determinação diversa da Administração.

3.4. Executar repertório compatível com a proposta apresentada no credenciamento e adequado ao tipo e porte do evento.

3.5. Utilizar instrumentos, equipamentos e demais materiais necessários à apresentação, quando estes não forem disponibilizados pelo Município.

3.6. Garantir que todos os integrantes do grupo, dupla ou banda sejam aqueles formalizados no ato do credenciamento ou devidamente atualizados junto à Administração.

3.7. Manter comportamento ético, profissional e respeitoso durante toda a execução do serviço.

3.8. Seguir rigorosamente as orientações da equipe técnica da Secretaria responsável.

3.9. Respeitar normas de segurança, regras de convivência e diretrizes estabelecidas pelo Município ou órgãos competentes.

3.10. Zelar pelo patrimônio público utilizado na realização do evento.

3.11. Notificar imediatamente a Secretaria em caso de imprevistos que possam comprometer a execução da apresentação, como atraso, impossibilidade de comparecimento ou problemas técnicos.

3.12. Prestar as informações eventualmente solicitadas pela fiscalização do contrato.

3.2. DO ORGÃO

3.2.1. Notificar o prestador quanto à requisição do serviço mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de serviço a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo o credenciado sendo que a nota de empenho repassada ao prestador de serviço poderá representar a uma ordem de serviço;

3.2.3. Notificar o prestador de serviço de qualquer irregularidade encontrada na execução contratual.

3.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas e conforme os serviços executados;

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A presente contratação tem por finalidade suprir as necessidades culturais, sociais e comunitárias do Município de Antas/BA, mediante a realização de apresentações musicais por artistas locais e regionais, com vistas a garantir a execução do calendário oficial de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. A demanda abrange festividades de pequeno, médio e grande porte, distribuídas ao longo do exercício, contemplando atividades tradicionais, religiosas, temáticas e comemorativas que integram a identidade cultural do município.

4.2. A contratação se faz necessária para assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura, considerando que a música desempenha papel central na tradição e no fortalecimento do patrimônio imaterial de Antas/BA. A realização dessas apresentações contribui para:

- a valorização de artistas locais, incentivando seu trabalho e fortalecendo a economia criativa;
- a promoção do acesso à cultura para toda a população, especialmente nos povoados e comunidades mais distantes;
- o atendimento às expectativas da comunidade, que reconhece nas festividades oficiais momentos de identidade, convivência e preservação cultural;
- o fomento ao turismo cultural, movimentando a economia local e ampliando a participação social.

4.3. A fundamentação da necessidade da contratação se apoia na obrigatoriedade de execução das políticas culturais previstas pelo Poder Público municipal e na manutenção das festividades tradicionais, entre elas:

- Festa do Povoado Rangel;
- Festa de São José;
- Festividades de Santo Antônio e São João;
- Festa da Cultura Evangélica;
- Festas comunitárias nos povoados Quilombolas e rurais;
- Festa Tradicional de Nossa Senhora da Conceição, entre outras.

4.4. Esses eventos possuem grande relevância social, cultural e histórica, exigindo a presença de apresentações musicais estruturadas e compatíveis com o porte e a natureza de cada festa.

4.5. A contratação por meio de credenciamento, conforme previsto no artigo 79 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se o modelo mais adequado por permitir que o Município disponha de uma lista prévia de artistas habilitados, possibilitando convocações rápidas e compatíveis com a dinâmica dos eventos municipais. Essa modalidade garante:

- eficiência, ao agilizar a contratação;
- economicidade, ao evitar múltiplos processos individualizados;
- transparência, com regras fixas e igualitárias para todos os interessados;
- ampla competitividade, permitindo a inclusão de artistas locais;
- padronização de valores, previamente definidos com base em pesquisa de mercado regional.

4.6. A necessidade de contratação é inequívoca, pois visa atender demandas permanentes do calendário cultural municipal, garantindo a realização organizada e regular das festividades previstas. A solução atende aos princípios da administração pública, em especial legalidade, eficiência, publicidade, economicidade e interesse público, demonstrando-se plenamente adequada ao objeto e às necessidades coletivas a que se destina.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento de artistas do Município de Antas/BA para a realização de apresentações musicais, mediante pagamento de cachê artístico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. A finalidade do credenciamento é estimular a geração de renda, promover a difusão das manifestações culturais locais, incentivar a produção artística e criativa e assegurar espaço de valorização aos artistas do município, observando o calendário oficial de eventos promovidos pela Administração Municipal.

5.2. O credenciamento será conduzido em conformidade com o artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo que a Administração disponha de um cadastro prévio de artistas aptos a serem convocados conforme a necessidade de cada evento, garantindo celeridade, transparência e economicidade, ao evitar múltiplos processos de contratação individual.

5.3. As apresentações ocorrerão em local físico a ser definido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, dentro dos limites territoriais do Município de Antas/BA, nas datas e horários previamente estabelecidos. Cada apresentação deverá possuir duração mínima entre 40 minutos e 2 horas, salvo especificações particulares definidas pela Secretaria.

5.4. Os artistas credenciados assumem responsabilidade exclusiva por quaisquer reivindicações relacionadas às suas apresentações, incluindo, mas não se limitando a:

direitos de imagem e de voz;

- direitos autorais e de propriedade intelectual;
- eventuais alegações de plágio;
- utilização indevida de obras de terceiros;
- omissão de informações relacionadas ao conteúdo executado.

5.5. Em caso de violação de direitos, caberá exclusivamente ao artista responder por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de sua conduta, isentando o Município de Antas/BA de responsabilidade solidária ou subsidiária.

5.6 A convocação dos credenciados para execução das apresentações será realizada pela Secretaria, observando-se critérios como:

- ordem de inscrição no credenciamento;
- estilo musical adequado à natureza do evento;
- características e porte da festividade.

5.7 As apresentações serão executadas em locais designados pelo órgão demandante, devendo o artista comparecer com antecedência e cumprir rigorosamente os horários estipulados. As despesas relacionadas a alimentação, água, transporte, deslocamento, locomoção, carga e descarga de instrumentos ou equipamentos serão de inteira responsabilidade do artista credenciado.

5.8 Por fim, o modelo de credenciamento demonstra-se uma solução administrativa eficiente, pois: reduz a necessidade de abrir diversos processos de contratação individual;

- promove economia de tempo, recursos humanos e materiais;
- amplia o acesso dos artistas locais às contratações públicas;
- contribui para a profissionalização do setor cultural;
- permite a adoção de cachês previamente fixados com base em pesquisa de mercado, garantindo previsibilidade, equidade e acessibilidade aos interessados.

5.9 A solução apresentada atende plenamente ao interesse público, fortalece as políticas culturais do Município de Antas/BA e assegura contratações pautadas pela legalidade, pela eficiência administrativa e pela valorização dos trabalhadores da cultura.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, dentro do limite territorial do Município de Antas/BA;

6.2 Os credenciados atenderão o Município em sistema de demanda, mediante prévia solicitação da Secretaria Municipal de Cultura.

6.3 A ordem de apresentação se dará pela necessidade da demanda da Secretaria de Cultura, esporte e lazer;

6.4 Tendo em vista a natureza do evento, o sistema de convocação de acordo com a demanda da Secretaria de Cultura, esporte e Lazer;

6.5 Para fins de classificação de “estilo” musical será observada a declaração preenchida pelo candidato na ficha de inscrição (modelo em ANEXO) no edital;

6.6 A grade de apresentação poderá ser realizada em conformidade com o perfil do Evento, sem prejuízo ao direito de apresentação em Eventos Futuros;

6.7 Será levada em consideração a demanda cadastrada e a disponibilidade orçamentária para realização dessas atividades. Podendo, assim, o credenciado participar de mais de uma apresentação;

6.8 A execução do evento será em local físico, a definir junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, dentro dos limites do Município, inclusive na zona rural, nos horários e datas designados;

6.9 A apresentação terá duração de no mínimo 40 minutos a 2 horas;

6.10 A habilitação e credenciamento não obriga a contratação pela administração pública caso seja cumprida a agenda de eventos programados;

6.11 No caso de eventos que não sejam promovidos pela Secretária de Cultura, Esporte e Lazer, nessa situação Caberá a Secretaria interessada observar e solicitar as apresentações dos artistas credenciados através dos seguintes critérios de convocação, considerando o credenciamento:

- a) Natureza do evento e estilo musical;
- b) A ordem e o local de apresentação ficam a critério da organização/secretaria demandante, ou seja, a ordem de credenciamento não interferirá no horário de apresentação, caso haja mais de um convocado para o mesmo dia de apresentação;
- c) O quantitativo de apresentações, por evento, será conforme a disponibilidade de horários para o referido evento podendo inclusive a organização do mesmo montar a grade de apresentações conforme a característica do mesmo. Cabendo inclusive deliberar o dia e horário de apresentação caso o evento seja de mais de um dia.

6.12 Parágrafo 1º - Poderá o solicitante utilizar o credenciamento para convocação de artistas conforme o estilo musical adequado para seu evento, respeitando a ordem credenciada e fazendo uso por meio do rodizio no caso em questão, apenas dos artistas de mesmo estilo que seu evento, respeitando a ordem credenciada e observando o estilo do artista compatível com seu evento.

6.13 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.14 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

Condições de execução

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O início da execução do objeto deste processo pelo o prestador de serviço será de acordo com ordem de serviço encaminhada pela a Contratante.

7.1.1.1 Os credenciados serão convocados para a execução do serviço, de acordo com a ordem de inscrição do credenciamento, não podendo a convocação desvincular-se da ordem credenciada, de modo a não privilegiar quaisquer uns dos credenciados, observando, portanto, todas as condições estabelecidas no edital

7.1.1.2. A contratação será efetuada de forma direta entre a Prefeitura e o credenciado, através de Ordem de Execução de Serviço.

7.1.3 A estrutura oferecida será conforme a configuração do evento, sendo, neste caso, som, palco, iluminação e, se for o caso, de transmissão;

7.1.4 A estrutura oferecida pela Prefeitura será conforme a demanda e objeto da apresentação, assim sendo, caberá ao artista a adequação à estrutura oferecida;

7.1.5 A execução das apresentações será em local físico disponibilizado ou indicado, nos horários e datas designados pela Prefeitura.

7.1.6 A apresentação terá duração de 40 minutos a 2 horas;

7.1.7 A extrapolação do tempo não gera pagamento adicional para a Administração Pública;

7.1.8 A partir da assinatura do contrato, o artista deverá contribuir com a divulgação da apresentação, respeitando os padrões da comunicação oficial da Prefeitura, buscando o maior alcance possível de espectadores;

7.1.9 As despesas com locomoção, transporte de equipamento será por conta do (a) Contratado(a).

7.1.10 Fica o Contratante responsável por fornecer abastecimento de camarim básico, sem bebidas alcoólicas e água durante a apresentação.

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

09. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

09.1. O contrato/instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

09.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

09.3. A execução do contrato/instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

UNIDADE	NOME DO FISCAL	MATRÍCULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	Kamila Carvalho Silva	3150

09.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

09.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

09.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

09.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

09.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

09.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

09.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

09.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

09.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

09.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

09.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

09.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

09.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

09.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

09.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de 2025 do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORGÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	0901	2030	3.3.90.36.00 3.3.90.39.00	1.500.0000

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada através do Plano de Contratação Anual-PCA, aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.3 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.4 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5 O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

11.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

11.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.14 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.15 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.16 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.17 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.18 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

11.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,.

11.27 A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.28 Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.30 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

11.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da finalização da liquidação da despesa.

11.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IGP-M* de correção monetária.

Forma de pagamento

11.34 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.37 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Forma de escolha e critério de julgamento.

12.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de **CREDENCIAMENTO (CHAMADA PÚBLICA)**, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação e credenciamento

12.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, **no que couber**:

Habilitação jurídica

12.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso **CNPJ**;

12.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.16. Prova de regularidade fiscal perante a **FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.17. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL** e **MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.18. Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**;

12.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.20. De forma a demonstrar a prova de qualificação econômico-financeira, os interessados neste processo deverão apresentar, conforme art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021:

12.20.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); com emissão não superior a 90 (noventa) dias.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.21.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz, da filial do prestador de serviço ou do seu responsável técnico.

12.21.2. O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.22. Registro ou inscrição do(s) responsável técnico(s) no Conselho Regional de Medicina, competente da região a que estiver vinculada.

12.23. A natureza da relação do(s) profissional(is) com a empresa prestadora de serviço deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

- a) Registro na Carteira de Trabalho-CTPS;
- b) Certidão do Conselho Profissional;
- c) Contrato Social;
- d) Contrato de prestação de serviços; ou
- e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelo serviço objeto deste processo e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser atribuído.

12.24 Certidão de regularidade ou de nada consta do profissional, emitido pelo o órgão de sua categoria.

13. DECLARAÇÕES

13.1. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela exposta neste Termo.

Antas (BA), 03 de novembro de 2025

Kamila Carvalho Silva
Portaria N° 255/2025

Representante da Secretaria Municipal de Cultura, esporte e Lazer

TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO

_____/_____/2025

Raniere Gama Matos
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO II - PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

Nome da Atração Artística:	
Dados do Proponente <input type="checkbox"/> Pessoa física – apenas para a modalidade individual Nome: CPF: Identidade: <input type="checkbox"/> MEI - Microempreendedor Individual Nome: CNPJ: CPF: Identidade: <input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica Razão Social: CNPJ: Endereço da Empresa: Nome do Responsável Legal: CPF: Identidade:	
Endereço completo do Proponente/Responsável legal (logradouro, N°/complemento, CEP, cidade, Estado):	
E-mail:	Telefone para contato: Fixo: () Celular: ()
Para propostas de apresentação musical Marque apenas o estilo musical que mais se identifica com a proposta: <input type="checkbox"/> 01. Axé <input type="checkbox"/> 02. Brega <input type="checkbox"/> 03. Forró <input type="checkbox"/> 04. Gospel/Música Religiosa <input type="checkbox"/> 05. Manifestações Culturais Infantis <input type="checkbox"/> 06. MPB <input type="checkbox"/> 07. Música <input type="checkbox"/> 08. Pagode <input type="checkbox"/> 09. Pop <input type="checkbox"/> 10. Reggae <input type="checkbox"/> 11. Rock <input type="checkbox"/> 12. Samba <input type="checkbox"/> 13. Sertanejo <input type="checkbox"/> 14. Piseiro	
Conta Bancária: (anexar cópia do cartão ou documento que confirme o preenchimento, no caso de pessoa jurídica e MEI a conta deverá ser exclusiva para pessoa jurídica) Banco: Conta: Op: Agência: Chave PIX, se possuir:	
Atuação Artística: 1. Anexe o currículo artístico/portifólio, releases, fotografias, recortes de jornais e revistas, clipping de sites e outros meios que possam comprovar a atuação e o grau de inserção no cenário musical e no estilo indicado como principal. 2. Todos os materiais deverão ser apresentados em tamanho e qualidade de	

impressão que permitam fácil leitura.

Declaração

Declaro estar ciente e de acordo com as regras e condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento e neste Formulário de Inscrição.

Afirmo também que as informações constantes no mesmo são verdadeiras.

Declaro minha total responsabilidade pela utilização de documentos, textos, imagens e outros meios, cujos direitos autorais estejam protegidos pela legislação vigente.

Autorizo a divulgação, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, das imagens e informações da ação, com fins exclusivamente educacionais e culturais, conforme a Lei Federal 14.133/21.

Declaro, ainda, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor da lei federal 14.133/21.

Local e data: ____/____/____.

Hora da entrega:

Assinatura do Proponente

Anexo III – MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ CPF nº _____, residente na rua/av. , n.º , bairro , na cidade de , AUTORIZO, o município de ANTAS-BA, , a fazer uso de imagem da exposição inscrita neste CREDENCIAMENTO. A presente autorização dá livre acesso, à prefeitura, para registro de fotografias e filmagens, visando a publicidade institucional, não cabendo, assim, remuneração por direitos de uso de imagem.

Antas/BA, ____/____/____

Assinatura do responsável
CPF

Anexo IV – Termo DE MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, portador (a) do RG nº CPF, declaro ser residente na rua/av, n.º, bairro, na cidade de Fátima/BA. Favor anexar cópia de comprovante do endereço declarado (correspondência bancária, de cartão de crédito, lojas, etc.), preferencialmente, em nome do declarante, cônjuge ou genitores.

Estou ciente que a declaração que contenha conteúdo, que não corresponda à verdade, com o objetivo de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fatos relevantes, constitui-se crime, previsto no artigo 299 do Código Penal e punível com reclusão, de um a cinco anos, e multa, a ser apurado pelas autoridades policiais e judiciárias competentes.

Antas/BA, ____/____/____

Assinatura do responsável
CPF

Anexo V – MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA

Nós, componentes da Dupla/Grupo ou Banda xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx declaramos ter ciência da inscrição do grupo/coletivo/banda denominado _____, do qual somos integrante no Processo de Credenciamento de PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS para prestação dos serviços artístico-musicais de ARTISTAS SOLOS, DUPLAS, GRUPOS E BANDAS LOCAIS para compor a programação artística e musical do calendário de eventos do município de Fátima-BA e indicamos o(a) Sr. _____, portador(a) de carteira de identidade RG _____, CPF nº _____ como nosso representante e responsável pela participação neste Processo. O grupo está ciente de que o representante acima indicado será o responsável por receber e prestar contas dos recursos financeiros referentes a contratação. O coletivo/grupo é composto pelos membros abaixo listados.

Antas/BA, ____/____/____

Assinatura com CPF de todos os membros da Dupla/Grupo ou Banda

Anexo VI – Termo de Credenciamento

Termo de Credenciamento

Edital de Credenciamento nº 002/2025

CREDENCIADO nº xxx/xxxx

A Secretaria Municipal de Saúde de Antas/BA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.808.217/0001-74, com sede na Rua João Felix, centro, S/N, cep 48.420-000, cidade Antas/BA, por meio de seu representante legal o Senhor JOSÉ HENRIQUE FERRAIS DE OLIVEIRA inscrito no CPF: 014.070.995-90, CREDENCIA a empresa ou profissional [.....], CNPJ nº [.....], para a realização de [.....], obedecidas as disposições contidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 002/2025 e seus anexos.

DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-MUSICAIS, ABRANGENDO ARTISTAS SOLOS, DUPLAS, GRUPOS E BANDAS, DESTINADOS A COMPOR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E MUSICAL DOS EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ANTAS(BA).

Da Prestação dos Serviços: A credenciada executará os serviços através dos profissionais conforme segue abaixo:

TIPO DE EVENTO	CATEGORIA	TEMPO DE APRESENTAÇÃO	CACHÊ	QTDE	VALOR TOTAL
EVENTO DE PEQUENO PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.000,00	22	R\$ 22.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.500,00	22	R\$ 33.000,00

	variados.				
EVENTO DE PEQUENO PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, Etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.500,00	22	R\$ 55.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 5.000,00	22	R\$ 110.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 440.000,00		

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cumprir os serviços, nos termos e condições de seu requerimento, do edital e do termo de referência, atendendo as normas técnicas profissionais que lhe forem aplicáveis;

DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
-------	---------	------	----------	-------



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	0901	2030	3.3.90.36.00 3.3.90.39.00	1.500.0000
---	------	------	------------------------------	------------

O presente credenciamento é por tempo indeterminado, devendo o CREDENCIADO manter os requisitos de habilitação.

Local, data.

Raniere Gama Matos

Secretário Municipal de Administração e Finanças

[.....]

CREDENCIADO

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 323/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTAS, E A

O MUNICÍPIO DE ANTAS, ESTADO DA BAHIA, através do **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXX**, situada a **RUA XXXXXXXX, ANTAS/BA**, CEP: **48.420-000**, neste ato representado pela Prefeita, a Sra. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, casada, RG nº **XXXXXXXXXX - SSP/BA**, e CPF nº. **XXXXXXXXXX** doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 323/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Credenciamento nº 002/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-MUSICAIS, ABRANGENDO ARTISTAS SOLOS, DUPLAS, GRUPOS E BANDAS, DESTINADOS A COMPOR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E MUSICAL DOS EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ANTAS(BA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

TIPO DE EVENTO	CATEGORIA	TEMPO DE APRESENTAÇÃO	CACHÊ	QTDE	VALOR TOTAL
EVENTO DE PEQUENO PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.000,00	22	R\$ 22.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 1.500,00	22	R\$ 33.000,00
EVENTO DE PEQUENO PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas,	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00

	trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.				
EVENTO DE PEQUENO PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, Etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.500,00	22	R\$ 55.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	ARTISTA SOLO - Apresentação de músico/cantor com instrumentos, de estilo autoral ou livre, alternativo, religioso, MPB ou outros.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 2.000,00	22	R\$ 44.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	DUPLA - Compostos pelos seguintes componentes: Vocalista (individual ou dupla), tecladista e/ou violão e/ou sanfoneiro etc. O estilo musical a ser apresentado ao público durante o Show deverá agradar em massa a população em geral, incluindo repertórios variados.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	GRUPO MUSICAL - conjunto de músicos, incluindo duplas, trios, ou até mesmo um conjunto de músicos. Pode se referir a um projeto musical temporário ou colaborativo.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 3.000,00	22	R\$ 66.000,00
EVENTO DE GRANDE PORTE	BANDA MUSICAL - conjunto de músicos que cantam e tocam instrumentos ao vivo, como guitarra, baixo, bateria, teclado, etc, com estilo musical específico.	40 (quarenta) minutos a 02 (duas) horas	R\$ 5.000,00	22	R\$ 110.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 440.000,00		

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1 A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

11.3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.3.4 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

11.3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A gestão deste contrato será exercida pelo servidor o Sr. Raniere Gama Matos, nomeado através do Portaria nº 255/2025.

3.2. A fiscalização deste contrato será exercida pela servidora a Sr(a). Kamila Carvalho Silva, nomeada através da Portaria nº 255/2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais no valor de R\$..... (.....).

6.2. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/11/2025
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, de Índice oficial.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de *45 (quarenta e cinco) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou serviços de terceiros.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.A. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.B. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.C. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.A. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.B. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.C. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	0901	2030	3.3.90.36.00 3.3.90.39.00	1.500.0000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Antas, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Antas, Bahia, xx de xxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTAS
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF Nº

CPF Nº